

O RESPEITO À LAICIDADE DA ESCOLA PÚBLICA NA PERSPECTIVA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Fátima Bandeira Hartwig

Instituto Federal de Brasília –IFB/ Secretaria de Educação do Distrito Federal - SEDF

RESUMO

Por sabermos que os direitos são amplos em questões de raça, de cor, de etnia, de orientação sexual, de língua, de religião, entre outros, é preciso que uma gestão democrática seja pautada no respeito à diversidade, buscando promover valores para a construção de uma sociedade democrática e crítica e que, acima de tudo, respeite o diverso. Compreendendo desta forma a educação, a laicidade da escola pública precisa ser considerada e respeitada, contribuindo assim, para o respeito aos direitos do aluno, bem como, suas diversidades e necessidade de atitudes críticas perante o conhecimento, não se pautando em conhecimentos sagrados ou inquestionáveis. O objetivo deste trabalho de pesquisa foi compreender como ocorre o respeito à laicidade na escola pública, observando a escola e seus atores em suas atitudes, que venham caracterizar ou descaracterizar a escola pública laica, assim como, investigar o papel do gestor frente a defesa dessa escola laica. A pesquisa foi realizada com os gestores de uma escola pública do DF, partindo do pressuposto da hipótese de que acontecem práticas de desrespeito à laicidade da escola pública, buscando assim, uma reflexão crítica sobre o assunto, com o intuito de alcançar mudanças de posturas e contribuir para efetividade dos direitos dos alunos da escola pública e, como tal, respeitadora das diversas manifestações culturais da religiosidade ou não-religiosidade, assim como, formadora de sujeitos críticos e autônomos.

Palavras chave: Educação, Escola laica, Gestão democrática.

ABSTRACT

From a democratic perspective of education we need to consider our students as rightful citizens that look in their school conditions for the exercise of citizenship as a way of autonomy and criticism. That way it is necessary to respect the diversities inside the school as the history of their lives and values of each student and their specificities at the same time that they need to be presented to stronger critical and reflexive perspectives of the reality they belong lowering the situations related to race, color, ethnicity, sexual orientation, language, religion, and etcetera. It's needed a democratic management to discuss about diversity looking for a way to promote values to build a critical democratic society that above everything respect the different. Understanding education this way it's clear that public school secularism needs to be considered and respected contributing to respect to knowledge not based in religion or questionable facts. The objective of this work is to comprehend what happens in public school secularism observing the school their actions and actors that can characterize or mischaracterize a secular school. The research was made with the managers of a public school of the federal district started from the principle that public school is disrespecting

secularism and looking for a critical reflection about this subject with the will to reach changes of behavior and contribute for realization of the rights of public school students as a entity respectful of different cultural manifestations of religious or non-religious as well as a critical and autonomous entity forming subjects.

Passwords: education, rights, secular school, democratic management.

INTRODUÇÃO

O direito à educação precisa ser efetivado tanto pelo Estado na viabilização deste direito quanto pelo gestor como agente público também responsável pela garantia deste direito, segundo Cury (2006). Desta forma, o gestor precisa tomar para si a responsabilidade de concretizar as políticas que buscam assegurar os direitos à educação. A educação é direito do cidadão e dever do Estado, assim como de seus representantes, que possuem o papel de assegurar o direito à educação como forma de alcance da cidadania e de seu exercício consciente. (CURY, 2006).

O direito à educação parte do pressuposto do direito ao conhecimento e o pressuposto deste é a igualdade. Conforme Cury (2006, p.7) “A função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição das discriminações”. Todos são iguais e possuem os mesmos direitos, no entanto junto à igualdade é preciso somar a pluralidade, pois nosso país possui múltiplas culturas e, só desta forma, iremos valorizar a diversidade. Ainda segundo o autor:

O grau de conhecimentos adquiridos e incorporados podem também corroborar o sucesso ou o fracasso escolar, esse último advindo, em boa parte, da situação social desigual, com consequências para a vida posterior dos estudantes. (CURY, 2006, p. 8).

O direito à educação irá se efetivar a partir do momento que a gestão da escola, assim como o corpo docente e todos os outros segmentos trabalharem dentro de uma perspectiva coletiva, dialógica, crítica e inclusiva. Sabendo orientar a aprendizagem para promoção da cidadania e da autonomia do educando, valorizando a diversidade, abrindo mão de suas verdades em prol do respeito ao outro, assim como lutando pela aplicação das leis e da garantia de direitos.

Um problema que se percebe em muitas escolas classes do DF é a falta de respeito à laicidade do Estado. Por serem escolas em que o público alvo são crianças que ainda não possuem o senso crítico apurado, pela própria idade, são inculcados valores e crenças que consideram a “universalidade” da aceitação religiosa. Considerando que cabe à escola promover a democratização e possibilitar a ascensão intelectual e social do aluno, se faz necessário compreender por quais motivos a escola e seus gestores ainda insistem em inculcar a pretensa "universalidade" dos modos de pensar e agir.

Desta forma, visando especificamente as questões de autonomia, emancipação, cidadania, direitos humanos, inclusão e uma visão crítica e respeitosa sobre a diversidade religiosa, temos que buscar compreender as possíveis causas, tradições, medos, insegurança ou senso comum que ainda consideram normal o desrespeito a laicidade da escola pública.

O Estado laico é assegurado na Constituição Federal de 1988, assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e, ainda em vários outros documentos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, preocupados com o respeito à diversidade religiosa. A própria Lei de Gestão Democrática das Escolas Públicas do DF, Lei 4.751/2012, em seu artigo II, fala: “respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.” Sendo assim, deve o caráter laico prevalecer nas escolas públicas, como forma de reconhecimento à pluralidade e diversidade religiosa de nosso país.

Os gestores escolares não podem impor valores e crenças discriminatórias, pois muitas das vezes possuem uma dupla parcela de contribuição para a negação de direitos dos alunos, pois, ao mesmo tempo em que inculcam e impõem suas ideias, costumes e valores de doutrinação religiosa, também ocultam esta imposição.

JUSTIFICATIVA

Pensando a educação como um dos direitos humanos, precisamos entender o conceito sobre estes e, segundo Haddad (2004), os mesmos devem ser um princípio aceito universalmente, com o objetivo de assegurar o respeito à dignidade de todos. Ainda segundo este autor, o objetivo dos direitos humanos é garantir que qualquer pessoa, sem importar a nacionalidade, a religião, a opinião política, a raça, a etnia ou preferências sexuais, possa desenvolver seus talentos na sua plenitude. Dessa forma, cada pessoa é única e possui características que não podem ser usadas para discriminar.

No entanto, é o direito à educação que dá condições para o exercício da cidadania e faz com que os indivíduos se apropriem de ferramentas para defenderem e alcançarem os demais direitos. O direito à educação precisa ser assumido pelo gestor escolar, fazendo com que este direito se efetive como uma de suas atribuições, pois o mesmo é uma conquista histórica e que, gradualmente, vem consolidando-se. Sendo assim, os gestores escolares precisam reconhecer que é inapropriada a ideia de que exista uma só raça, uma só classe social, uma só cultura ou uma só religião superior a outras, sendo somente por meio da educação que se pode alcançar a compreensão que é preciso respeitar questões de raça, cor, etnia, preferência sexual, língua, religião, onde uma gestão efetivamente democrática precisa se pautar no respeito à diversidade para que o ambiente educativo consiga promover valores para a construção de uma sociedade democrática, solidária, compreensiva, crítica e inclusiva no seu sentido mais profundo e abrangente.

OBJETIVOS

Objetivo geral: Analisar como ocorre o respeito à laicidade na escola pública.

Objetivos específicos:

Compreender a escola pública como um ambiente laico e entender qual o papel do gestor para que esse direito se efetive;

METODOLOGIA

A pesquisa foi um estudo de caso realizado em uma escola classe, que atende do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, localizada na Região Administrativa do Paranoá/Distrito Federal. A escola é composta por uma equipe diretiva formada por um Diretor, um Vice-Diretor, um Auxiliar Administrativo, um Supervisor Pedagógico, quatro Coordenadores Pedagógicos e um Secretário Escolar. A escola possui 44 professores divididos entre os turnos matutino e vespertino, além de servidores da carreira Assistência à Educação e também terceirizados.

A metodologia utilizada foi a qualitativa, na análise de um estudo de caso, por meio de entrevistas com a gestão da escola escolhida para tal pesquisa, pois segundo Gil (2011), o estudo de caso é um estudo exaustivo e profundo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento de forma ampla e detalhada.

É sugerido o estudo de caso como estratégia de pesquisa, pois segundo Yin (2005, p.19), “os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para embasar a discussão, contribuindo para rever posições e compreender os motivos do desrespeito ao Estado laico.

A entrevista foi semiestruturada com perguntas direcionadas aos membros da equipe gestora da escola estudada. Os membros da equipe gestora foram o diretor da escola, o vice-diretor e o coordenador pedagógico. Por meio das entrevistas buscou-se compreender o posicionamento da escola frente à diversidade religiosa de seus alunos.

Gil (2011) recomenda a entrevista semiestruturada, ou por pautas, quando se deseja que o entrevistado sinta-se mais à vontade para responder as indagações formuladas. Afirma ainda que “as pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si, e quando o entrevistado se afastar delas, o pesquisador sutilmente intervém de forma a preservar a espontaneidade do processo” (GIL, 2011, p.112).

Além das entrevistas também foi solicitada uma pesquisa documental, por meio de análise do PPP da escola, documento que baliza a postura da escola frente a sua função social.

Além das entrevistas e da análise documental também foi realizada uma observação dos ambientes da escola, como murais e trabalhos expostos, assim como, momentos de entrada, a hora do lanche e de recreação. As observações aconteceram em dias diversos analisando, desta forma, a rotina escolar. Segundo YIN (2005, p. 120), as evidências observacionais são úteis para fornecer informações adicionais sobre o objeto estudado.

Após o levantamento dos dados por meio das entrevistas e das observações em campo e também da documentação pertinente da escola, foi realizada a análise dos dados de forma a verificar o respeito da escola frente à Laicidade do Estado. Segundo Creswel (2007), o processo de análise de dados consiste em extrair sentido dos dados. Envolve preparar os dados para análise, conduzir análises diferentes, aprofundar-se no entendimento dos dados, fazer representação e interpretação do significado mais amplo dos dados (CRESWELL, 2007, p. 194).

As informações que foram levantadas por meio das entrevistas, observações e análise documental foram interpretadas e organizadas em categorias, onde cada uma delas expressa a percepção e o reflexo da Laicidade do Estado na rotina de aprendizagem e convivência da escola.

Assim, foram selecionados os temas considerados mais relevantes, sendo organizados da seguinte forma:

- 1) Compreensão sobre o direito à educação;
- 2) Compreensão sobre o Estado laico;
- 3) A função do PPP ao se tratar da temática religiosa;
- 4) Qual o papel da Gestão Democrática frente à Laicidade do Estado;
- 5) Papel da coordenação pedagógica na discussão do tema e na formação continuada docente.

ANÁLISE DE DADOS

Para uma melhor compreensão da análise dos dados os entrevistados foram classificados em: diretor (D); vice-diretor (VD) e coordenador pedagógico (CP).

Ao iniciar a entrevista o diretor comentou sobre uma nova proposta que implantaram na escola para conseguir construir o projeto político pedagógico (PPP) coletivamente. Segundo o mesmo, os professores foram divididos em pequenos grupos de estudo e cada um destes grupos ficou responsável pelo estudo e propostas sobre um

tema específico. Temas estes que envolveram vários tópicos que compõem o PPP, como histórico da instituição, objetivos, currículo, avaliação, projetos e muitos outros. Após estes estudos iniciais, cada pequeno grupo trouxe para os demais sua compreensão sobre determinado assunto e algumas propostas a serem seguidas para escola. Em seguida todos debatiam juntos e chegavam a uma conclusão que seria então incluída no documento.

Conforme o diretor foram poucos os momentos em que um ou outro representante dos pais participou destes encontros, assim como, os alunos. No entanto, ressaltou que a participação dos pais, responsáveis e alunos deu-se por meio de respostas a um questionário aplicado a estes segmentos.

No início da entrevista o diretor fez um primeiro comentário dizendo que não gosta quando algumas religiões acham-se superiores a outras, sejam espíritas, umbanda, candomblé. Comentou que hoje as pessoas tem mais coragem de aparecer e não podemos confundir as coisas, o que importa, independente da religião, é fazer o bem.

Ao tecer este discurso foi possível perceber que o diretor quis demonstrar ser favorável ao respeito à diversidade religiosa. Dando seguimento à proposta inicial foi explicado para o mesmo que a entrevista seria dividida em alguns tópicos e que começaríamos pela compreensão do direito à educação.

A análise dos dados foi feita triangulando a resposta de todos os entrevistados sobre cada questão indagada, associando com o referencial teórico utilizado, juntamente com as observações realizadas no local.

Sobre o direito à educação foi perguntado o que entendiam sobre direito à educação onde (D) afirmou que o direito à educação não é apenas a transmissão do conhecimento sistematizado transmitido pelo homem, mas também respeitar a “bagagem” e história de vida dos alunos. Neste momento indaguei se considerava como direito do aluno o respeito à sua diversidade religiosa e o mesmo respondeu positivamente. A resposta de (VD) a esta questão foi muito parecida com a de (D), pois o mesmo considera que o aluno não é uma tábua rasa e que precisamos aproveitar os conhecimentos que trazem, assim como, respeitá-los, considerando esta compreensão como direito à educação. Já (CP) fez observações com respeito ao abandono da escola, considerando que a falta de respeito aos direitos do aluno faz com que muitos façam parte dos índices de evasão, pois não possuem sua cidadania garantida.

Em vários momentos da pesquisa foi mencionada esta questão da evasão e sua associação com a falta de respeito às especificidades do aluno, onde Cury (2006) destaca que não basta o acesso à escola, pois também é preciso permanecer nela e, esta permanência, segundo palavras do autor, se efetiva por meio de aspectos extrínsecos e intrínsecos ao ato pedagógico.

Em relação ao papel do gestor na garantia dos direitos do aluno e o respeito aos direitos do aluno no ambiente escolar (D) considera que precisa ser gestor para todos e

não apenas para alguns. Já (VD) ressalta seu papel em incentivar o grupo e abrir estas questões para reflexão. Em relação a esta mesma pergunta a visão de (CP) é que os professores sentem medo de arriscar no novo, de valorizar as diversidades e realmente cumprir com o respeito devido, pois ainda se prendem em conceitos e valores ultrapassados.

Após a breve compreensão sobre os direitos dos alunos chegamos ao momento de compreender o que os entrevistados entendem por Estado laico e como deve agir uma escola pública que se baseie no Estado laico. Partindo da resposta de (D) foi compreensível a falta de entendimento mais aprofundado sobre o assunto, pois o mesmo respondeu que não sabia se estava na Constituição Federal, mas achava ser o respeito às diferenças e às religiões. Neste momento foi feita a intervenção e explicado que o Estado laico é aquele que é neutro nestas questões, devendo seguir o que está na Constituição (Art. XIX), ou seja:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

Para Rocha (2013), o Estado laico evita preferências particularizadas e não vincula o espaço público a qualquer doutrina, filosofia ou procedência religiosa.

A resposta de (VD) foi mais incisiva quanto à pergunta declarando que a escola não é o lugar para religião. É lugar de respeito às diversidades. Afirmando assim que sabe que uma escola que se baseia no Estado laico não deve priorizar nenhuma religião em detrimento de outras. No entanto, em alguns momentos de observação foi constatado que (VD) abriu o momento de entrada dos alunos com orações do “pai nosso” e com músicas de louvores evangélicos, contradizendo assim seu discurso.

Conforme informações contidas no Observatório da Laicidade da Educação, a religião não pode formar visões de mundo e muito menos ser valorativa, dando como exemplo, as orações antes da entrada em sala ou no início de cada aula; assim como falas e admoestações dos professores.

Durante a pesquisa teórica foi possível constatar que devemos ser favoráveis à liberdade religiosa, até mesmo porque o Brasil não é um país ateu, no entanto, também foi constatado que liberdade religiosa não pode ser confundida com liberdade de promoção religiosa em espaços de órgãos públicos.

Quando foi perguntado aos entrevistados se consideravam a escola como uma escola laica, todos foram unânimes na resposta ao dizer que não totalmente e ainda ressaltando que acontecem práticas religiosas dentro da escola, sendo as mesmas de origem cristã. Porém (CP) enfatiza que acredita que a escola em que atua tem uma

postura confessional em alguns momentos na tentativa de orientar os alunos de forma ética e moral, a religião acaba aparecendo como ferramenta.

A partir deste entendimento de todos os entrevistados percebemos aquilo que Rocha (2013) afirma, quando fala que continuamos excluindo as minorias, pois aqueles que não fazem parte das crenças ditas universais são oprimidos e humilhados, fazendo menção à CF (1988) e à Lei Orgânica do Distrito Federal (2011) quando reafirma a necessidade do Estado laico, percebendo que até mesmo o dito ecumenismo precisa ser melhor analisado, pois pode levar à doutrinações.

Continuando a entrevista, foi indagado sobre qual seria a reação do grupo de professores ao não se manter mais práticas religiosas dentro da escola e novamente foi consenso entre todos que iria ter repulsa, pois muitos defendem que tais práticas existam, no entanto, também responderam que muitos professores não iriam se opor a esse fato, assim como muitas famílias também não dão importância ao fato. É algo muito particular assim como muitos apoiam e desejam esses momentos, outros não fazem questão ou até mesmo não apoiam. Isso mesmo sabendo que existe uma vasta diversidade religiosa em nosso país, porém o discurso é que a maior parte dos alunos é cristã e que ninguém nunca apareceu falando que era de outra religião.

Após várias perguntas relacionadas ao direito dos alunos, Estado laico e a efetivação de uma escola laica chegamos ao momento de relacionar todas as respostas com a proposta do PPP da escola. Segundo Rocha (2013) quando temos uma escola preparada para o respeito à diversidade e com gestores e professores dispostos a tal trabalho, este trabalho deve estar planejado no PPP, oferecendo aos alunos e alunas condições de refletir e tomar decisões sobre temas relacionados à sua vida e ao ambiente à sua volta, no qual o racismo, o sexismo, a discriminação social, cultural, religiosa, entre outras, possam ser discutidas de forma crítica, fazendo com que se posicionem a favor dos Direitos Humanos e contra qualquer atitude que promova a exclusão dentro do ambiente escolar, assim como, na vida.

Foi perguntado se em algum momento do PPP a temática religiosa é apontada e conforme (D) o PPP passou por um processo de construção a pouco tempo e as questões de diversidade foram levantadas e consideradas de total relevância, no entanto, não foi tratado sobre o tema específico da religiosidade ou não-religiosidade dentro da escola, nem mesmo foi discutida esta temática com os pais. A resposta de (VD) também condiz com a de (D), ressaltando que nunca tiveram casos específicos sobre esta temática dentro da escola o que não gerou reflexão sobre o assunto no momento de construção do PPP.

Considerando que a elaboração do PPP da escola faz parte de uma gestão democrática e observando as respostas dos entrevistados até aqui é possível perceber que a gestão da escola pesquisada ainda precisa avançar nas questões que envolvem pluralidade e respeito às diversidades, em especial a religiosa. Dessa forma, foi perguntado aos entrevistados qual seria o papel da gestão democrática no respeito à laicidade do Estado e da escola pública e mais uma vez foi detectado que o discurso não

condiz com a prática e que até mesmo eles sabem disso, porém preferem ocultar esta contradição.

Em resposta a esta pergunta tanto (D) quanto (VD) são enfáticos na defesa do respeito às diversas religiões e que o importante é nos preocuparmos em fazer o bem. (CP) constata que este é um tema que ainda precisa ser muito discutido e refletido para que seja alcançada alguma mudança e que, provavelmente, isto demore ainda algum tempo.

Finalizando a entrevista foi perguntado aos entrevistados sobre os momentos de coordenação, se estes discutem a temática religiosa dentro da escola e se trazem alguma formação continuada docente sobre este tema, além de perguntar como a escola poderia abordar este tema. As respostas de (D) e (VD) foram que este é um tema de difícil aceitação e a maioria não se dispõe a estudar sobre o assunto. (CP) relata que pretendem deixar algum espaço nos momentos de estudo das coordenações para discutir esta temática.

Em relação às comemorações de datas festivas cristãs dentro da escola, todos os representantes da gestão responderam que costumam utilizar apresentações e trocas de lembrancinhas, como a maioria da sociedade o faz, principalmente na páscoa e no natal. Além disso, também foi confirmada a rotina de orações antes do horário do lanche, o professor puxa a oração e todos os alunos fazem juntos, deixando claro que esta foi uma observação feita em algumas salas, não em todas.

CONCLUSÃO

Principalmente em relação às atitudes que possam caracterizar ou descaracterizar uma escola pública laica foi possível perceber que ainda teremos um longo percurso de lutas pela frente, pois este tema ainda não é bem visto dentro das escolas. Foi possível entender, pelas entrevistas realizadas, que a maior parte dos professores e gestores acabam mantendo práticas cristalizadas que refletem preconceito e falta de sensibilidade ao respeito às diversidades religiosas, incluindo a não-religiosidade, que encontramos dentro das escolas.

A escola pesquisada demonstrou claramente, por meio de seus atores, não ser uma escola laica, pois além de não discutir sobre esta temática em momentos e encontros pedagógicos entre os educadores, as práticas realizadas dentro da mesma refletem falta de compreensão sobre o assunto e comodismo diante da situação. Desse modo, foi possível perceber as principais causas que levam os gestores escolares a não respeitarem os direitos do aluno em relação à laicidade da escola pública.

O gestor da escola pesquisada demonstrou ser muito dedicado às suas funções e interessado em desenvolver várias mudanças dentro da escola, principalmente aquelas relacionadas ao pedagógico, ao trabalho coletivo e ao respeito pelo aluno. No entanto, já

nos primeiros momentos da pesquisa, declarou que a questão religiosa nunca foi discutida e não aparece no PPP da escola, ou seja, o mesmo acredita que está garantindo os direitos dos seus alunos, porém existe um aspecto delicado que ainda não alcançou, o respeito à laicidade da escola pública.

Uma das principais causas é o próprio perfil esperado de uma escola classe, pois o trabalho é desenvolvido com crianças e estas precisam sentir-se familiarizadas, ou seja, precisam estar em um local que compreendam ser extensão de suas casas. Por isso as escolas classe fazem momentos de entrada com orações, pois desta forma acalmam e acalentam as crianças. No entanto, alguns entrevistados já conseguem perceber que tais momentos precisam ser repensados. Outra causa é a compreensão de que a maioria dos alunos é cristã e que nunca apareceu nenhum aluno falando que era de outra religião, fazendo com que esta temática nunca fosse discutida dentro da escola e muito menos pensada na elaboração do PPP.

Foi possível compreender que o gestor, na figura da pessoa que precisa garantir os direitos dos alunos, muitas vezes não avança nesta discussão, pois sabe que vai encontrar muita repulsa por parte dos professores, preferindo se envolver em outras questões e deixando de lado esta, pois a maioria dos professores, por comodismo e facilidade, além de ser por costume, preferem manter as orações, até mesmo para acalmar os alunos.

Em umas das respostas da entrevista sobre qual seria o papel do gestor no respeito à laicidade é possível concluir o que toda a pesquisa teórica direcionou, ou seja, a gestão precisa garantir que a escola seja de fato laica, já que não iremos conseguir atender as diversas crenças. Isto corrobora com o que foi levantado nos estudos sobre o tema, pois a escola precisa valorizar a diversidade religiosa, visto que não somos um país ateu, no entanto, valorizar a diversidade religiosa não significa liberdade de promoção religiosa e isto é o que se percebe dentro das escolas públicas, com a valorização de algumas poucas religiões, principalmente as hegemônicas de origem cristã, em detrimento das demais.

As causas são cristalizadas, além de serem mascaradas, fazendo com que crianças, em fase de formação, sejam dogmatizadas. Concluindo assim, que nossas escolas classe precisam repensar suas práticas e efetivamente respeitarem a laicidade da escola pública como forma de respeito à diversidade, à pluralidade e à inclusão de todas as formas de pensar e agir.

REFERÊNCIAS

BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil.1988.

BRASIL: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N. 9.394/96.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, 1948.

DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa. **LEI Nº 4.751, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2012**. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2011.

HADDAD, Sérgio. **O direito à educação no Brasil**- Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. Curitiba: DHESC Brasil, 2004.

ROCHA, Cristino C. **Contribuição para a Conferência Distrital de Educação: O Estado Laico**. Brasília, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.